

Um não à irracionalidade

Nenhum dos mais importantes candidatos a presidente da República, aqueles que realmente têm chance de chegar ao poder, admitiu o rompimento com a comunidade financeira internacional. Todos reconhecem que a dívida é impagável, nos termos em que se coloca, manifestando, porém a disposição de negociar com os banqueiros uma forma de reduzir os juros e o estoque do endividamento.

Os candidatos de maior expressão decidiram afastar os apelos irrationais a medidas extremas, todas naturalmente de caráter unilateral. A maioria da nossa elite política compreendeu que um país da importância e das dimensões do Brasil não se pode dar ao luxo de autarquizar a economia, isolando-se do contexto econômico internacional.

Pelo contrário, existe quase que um consenso quanto à necessidade de aumentar a inserção do País na economia mundial, criando condições alimentadoras de investimentos internos e externos. O exemplo que acaba de oferecer o presidente da Argentina, Carlos Saul Menem, é bastante ilustrativo.

A maioria dos candidatos, exprimindo postura majoritária na Nação, procura soluções de equilíbrio, não apenas em relação à necessidade de endurecer o jogo com os credores para conseguir melhores termos na renegociação da dívida, mas, também, em relação ao papel que o Estado deve desempenhar na economia. Que há necessidade de aumentar o grau de privatização, não há

dúvida, mas sem que isso importe em sacrificar a indispensável presença estatal em setores estratégicos ao desenvolvimento brasileiro e à preservação da soberania nacional.

Posições radicais acabaram se frustrando por não encontrar qualquer tipo de receptividade. A Comissão Mista designada, no âmbito do Congresso, "para realizar exame pericial e analítico dos atos e fatos geradores do endividamento externo brasileiro", dentro de um ano, deixou que o prazo se esgotasse sem que o Legislativo apreciasse as suas conclusões. A intransigência impediu que houvesse consenso mesmo na área da comissão mista.

Até os Estados Unidos reconheceram que os débitos dos países subdesenvolvidos são impagáveis quando conceberam um programa de redução do estoque da dívida através do Plano Brady. Foi um passo importante na luta para que se reduzam substancialmente o principal e os juros, mas não ainda o suficiente para equacionar efetivamente o problema.

Bancos credores norte-americanos e europeus reconhecem a impossibilidade de devedores saldarem dívidas crescentes quando aumentam seus aprovisionamentos para enfrentar a eventualidade de perdas decorrentes de não liquidação dos débitos contraídos pelo terceiro mundo. Ao futuro Presidente brasileiro está reservado papel de grande importância na definição de nossa posição face à questão da dívida externa.